



Ata da reunião da CCD do BE - Algarve, de 30/03/2019

Aos trinta dias do mês de março de dois mil e dezanove realizou-se, pelas catorze horas e trinta minutos, na sede do Bloco de Esquerda, em Faro, uma reunião da Comissão Coordenadora Distrital do Algarve do Bloco de Esquerda, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações;
2. Execução do Plano de Ação do BE/Algarve;
3. Atividades para a campanha das eleições europeias;
4. Balanço da atividade da CCD, do funcionário, e trabalho parlamentar;
5. Outros assuntos.

Participaram na reunião os seguintes membros da Comissão Coordenadora Distrital: Celeste Santos, Igor Gago, Luís Fernandes, Joaquim Gomes, Artur Sanina, Rosa Joaquina, João Vasconcelos, Carlos Brito, Joaquim Oliveira, Augusto Taveira (Secretário) e Jorge Ramos (Presidente da Mesa).

Participaram também na reunião, como convidados: Luís Fazenda (Comissão Política da Mesa Nacional) e Nuno Viana (funcionário do Bloco).

Após a aprovação da OT, o Presidente deu início à reunião.

No primeiro ponto da OT foram dadas informações das atividades do BE nos vários concelhos, em particular, sobre o trabalho autárquico, tendo sido dado conhecimento de algumas das moções apresentadas pelo Bloco, incidindo em temas como a habitação social e a lei do arrendamento, a saúde, a mobilidade, a violência doméstica, o ambiente e o conseqüente problema das alterações climáticas. Foram dadas informações sobre situações específicas de cada concelho. O camarada Luís Fernandes informou que na reunião na Câmara, ao abrigo do estatuto do direito de oposição, apenas tinham comparecido o BE e o PSD. Informou sobre as reuniões havidas em Tavira, no âmbito da cultura e do desporto e sobre a situação do quartel de bombeiros de Tavira e sobre as dificuldades com as carreiras dos bombeiros; a camarada Celeste Santos informou sobre a falência da empresa municipal de Vila Real de Santo António, do elevado preço da água e das multas aplicadas por atraso nos pagamentos, motivados por as faturas serem enviadas poucos dias antes do fim do prazo e, também, a falta de limpeza das ruas por motivo de haver apenas quinze funcionários para a limpeza do concelho; o camarada Augusto Taveira informou sobre a falta de condições de trabalho das/dos funcionárias/os da Direção de Finanças de Faro, por motivo da degradação do edifício; o camarada Jorge Ramos informou sobre a situação das/dos funcionárias/os dos notários e registos, em Lagoa, tendo acrescentado que a Câmara não aceitou qualquer transferência e competências, inclusive sobre a saúde animal.

Foi dada informação sobre a intenção de colocação de mupis e faixas na maioria dos concelhos do Algarve, mesmo em alguns onde não existe estrutura concelhia. O camarada Jorge Ramos lembrou que antes das eleições era hábito o BE questionar cada concelho sobre as respetivas necessidades. O camarada Augusto Taveira disse que procuraria assegurar a cobertura de S. Brás de Alportel.

Foi também dada informação do esforço por parte do Secretariado da CCD, no sentido de reforçar o BE nos vários concelhos.

A nível da Assembleia da República, foram aprovados requerimentos sobre a mobilidade no território, bem como sobre a situação dos trabalhadores do Alisuper. No segundo ponto da OT, foi dada a informação de que estão previstas as seguintes atividades:

- No dia 6/4/2019 haverá, organizado pelo BE, o encontro sobre Trabalho local, na Amadora.
- Iremos, brevemente, ter uma reunião com a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), em Faro.
- No dia 13/4/2019 ocorrerá uma jornada sobre a Deficiência, com o deputado do BE, Jorge Falcato, também em Faro.
- No dia 27/4/2019 haverá, em Faro, um Encontro de Jovens, organizado pelo BE.
- No dia 5/5/2019 haverá o Desobedoc, em Tavira.
- No dia 10/5/2019 haverá, em Faro, uma ação sobre a Mobilidade, com a inclusão da problemática da ferrovia.

- No dia 13/5/2019 teremos a visita da camarada Marisa Matias ao Algarve. O camarada Luís Fazenda, encarregado, por parte da Comissão Política, de acompanhar o BE Algarve, informou que o BE pediu uma reunião ao Governo por causa das carreiras da Administração Pública, professores, enfermeiros,... Da parte do Governo não houve abertura, tendo ameaçado veladamente que se o Parlamento aprovasse, o Governo iria tentar o veto por parte do Tribunal Constitucional. Mais informou que não há acordos à esquerda, com exceção da lei de bases da Saúde, mais pelo facto de o PS considerar ser a lei de António Arnaut e dos partidos de esquerda.

O camarada Luís Fazenda disse que, para além da Saúde (deputado Moisés Ferreira), onde poderá haver alguma convergência, só na área da violência de género poderá sair alguma coisa de positivo. O PS está a evidenciar uma grande arrogância, sendo que a aproximação do PSD não é, para nós, uma boa notícia.

Em resposta a um pedido de esclarecimento do camarada Carlos Brito sobre se o Bloco iria ou não ganhar com o desfecho das lutas dos professores e dos enfermeiros, Luís Fazenda disse que se o Governo tivesse cedido haveria uma “luz vermelha” a acender em Bruxelas, o que não aconteceria se o caso se passasse, por exemplo, em França. Quanto aos votos dos professores, é natural que se dispersem por vários partidos, inclusive pelo PSD. Mais disse que o Bloco tinha uma posição defensiva, em particular no que respeitava às impopulares greves cirúrgicas dos enfermeiros.

Foram dadas informações sobre as visitas a diversas instituições, levadas a cabo pelo deputado João Vasconcelos, tendo alguns camaradas defendido, como foi o caso de Artur Sanina, que o Bloco deveria dar ênfase às preocupações em áreas como a da agricultura intensiva e a das pescas, a da habitação, bem como estar atento ao excesso de turismo, que acaba por ser prejudicial para o Algarve. Sobre o ambiente (para mais uma área de disputa com o PAN) foi realçada pelo camarada Igor Gago a importância de envolver os jovens, dando o exemplo da recente greve estudantil, que teve a adesão de cerca de 500 estudantes. Para a realização do encontro de jovens, o camarada Igor Gago disse apenas faltar a confirmação do espaço e da resposta do Sindicato da Hotelaria, para falar sobre o Turismo. Disse que duas mulheres já tinham confirmado a participação para darem, no tema das alterações climáticas, uma perspectiva feminista. Os outros temas abordariam o 25 de Abril; os populismos e o crescimento da extrema direita; e a precariedade, assédio e escravatura no setor turístico. Estão a pensar distribuir panfletos à porta das escolas secundárias e da Universidade.



O camarada Artur Sanina, que alertou para a continuação da existência de amianto nas escolas, disse que constatava a pouca preocupação por parte dos professores no que respeita ao problema das alterações climáticas. Disse que estaria na próxima Assembleia Municipal de Faro, para apresentar o problema.

O camarada Augusto Taveira informou que a Concelhia de Faro estava a preparar um encontro sobre habitação, com a presença de um dos camaradas: Pedro Soares ou Maria Manuel Rola.

Vários camaradas, entre eles, Jorge Ramos, Celeste Santos e Joaquim Oliveira, quiseram deixar a sua opinião de que, depois das eleições europeias, gostariam de ver o camarada João Vasconcelos como cabeça de lista pelo Algarve nas legislativas. O camarada Artur Sanina disse que o melhor candidato para o Bloco era o que estava junto das pessoas, pois se as pessoas sentissem que um elemento estava com elas, ao lado delas, esse era o melhor candidato para o BE. Defendeu ações locais, em dias estratégicos, com 3 ou 4 elementos do BE para falar com as pessoas. Para o efeito, disse já ter, em Tavira, uma faixa a denunciar o elevado preço da água.

O camarada João Vasconcelos agradeceu a confiança nele depositada, dizendo que tinha tentado fazer aquilo a que se tinha comprometido, nomeadamente na área da mobilidade, de que destacou a luta contra as portagens. Disse que só se recandidataria se sentisse um amplo apoio por parte da generalidade dos camaradas, lembrando que a lista pelo Algarve terá 9 efetivos e 5 suplentes, sendo que o primeiro quinto da lista teria de ser aprovado pela Mesa Nacional. Teria de se respeitar a paridade de género e a lista deveria ser aprovada numa assembleia distrital até ao dia 30/6. Mas sendo as europeias as próximas eleições, seria nelas que teríamos de nos concentrar, rentabilizando para o BE o que significa o primeiro candidato do PS, Pedro Marques, em termos de ferrovia e da requalificação da EN125, a qual foi pouco mais que remendada.

O camarada Luís Fazenda disse que o BE tinha uma agenda ambiental muito preenchida, com muitas propostas no Parlamento, mas que não se dá por ela quando comparada com a agenda ecológica do PAN. Disse que deveríamos apresentar uma proposta radical sobre plásticos, bem demarcada e com visibilidade. O camarada frisou que agora estamos nas europeias, pelo que só na altura própria devíamos pensar nas legislativas.

O tesoureiro, Joaquim Gomes, apelou a que os diversos núcleos lhe fizessem chegar listas com as necessidades das sedes do BE, em particular equipamentos informáticos, a exemplo do que fizeram as sedes de Vila Real de Santo António e de Lagoa.

O camarada Carlos Brito defendeu que não deveriam ser colocados os entraves que se verificam no recrutamento de novas/os aderentes em Faro, em contraste com a complacência para com um aderente que continua inscrito no BE, acumulando com a filiação noutra partido.

Luís Fazenda disse que ninguém tinha o poder de expulsão, mas no caso concreto, o facto de se ter candidatado por outro partido é bastante, apenas tendo de se enviar uma carta à Mesa Nacional a informar a situação.

João Vasconcelos disse que desde há meses que há iniciativas, quer a nível parlamentar, quer local, realçando a necessidade de trabalho em conjunto com as concelhias. Apelou a que estas apresentassem problemas relativos aos respetivos concelhos. Deu como exemplo o problema dos mariscadores, que estavam a ser alvo de avultadas multas.

O camarada informou sobre as visitas a Castro Marim e Vila Real de Santo António, Portimão, Liga dos Combatentes e à Algfuture.

Luís Fazenda fez referência ao documento estratégico do BE sobre a ferrovia, o qual deverá ser apresentado no nosso encontro sobre mobilidade no Algarve. O camarada Luís Fernandes afirmou a necessidade de se ir a Monchique, Aljezur, Vila do Bispo e São Brás Alportel, concelhos que não têm concelhias a funcionar. Mais disse que havia que retomar o grupo laboral, havendo necessidade de maior envolvimento no movimento sindical.

Na sequência da demissão da vereação de Castro Marim, a camarada Celeste Santos informou que haverá eleições autárquicas intercalares, em 2/6/2019, verificando-se que o Bloco não tem, de momento, condições para concorrer, sendo que há duas aderentes que chegaram a insultar o BE no Facebook. Houve a opinião de que isso deveria ser motivo de expulsão. Propôs-se uma reunião em Castro Marim, para reativar o Núcleo.

O camarada Joaquim Oliveira referiu-se à problemática dos plásticos nos supermercados, tendo dado o exemplo da Espanha e da Alemanha, sendo que alguns supermercados com origem nesses países já deveriam ter implementado a prática das máquinas que desfazem as garrafas a troco de talões para desconto na caixa. O mesmo camarada deu informação do conhecimento que tinha da distribuição dos mupis e da carência de jornais a nível distrital, dizendo que é preciso acompanhar e apoiar concelhos onde não temos militância ou onde existem camaradas desmotivados, como é o caso de Vila do Bispo e também de Silves. O camarada João Vasconcelos disse que, para a ação sobre a mobilidade, seriam convidadas 2 ou 3 pessoas (da comissão de utentes da EN125, possivelmente o Prof. Margarido Tão e do movimento Mais Ferrovia).

Também informou que o Partido Aliança mostrou interesse em reunir connosco. O camarada Luís Fernandes disse que, da parte do Secretariado, já tinha havido informação da disponibilidade para ajudar as concelhias no que fosse preciso.

Foi anunciada a intenção de se propor mais ações e visitas a entidades, como foi o caso do camarada Joaquim Oliveira, que gostaria de propor uma ação para Albufeira, consistindo na visita a várias entidades, por parte do deputado João Vasconcelos. No terceiro ponto da OT, sobre a campanha para as eleições europeias, foi dada a informação de que a campanha de Marisa Matias incidirá no plano de ação para a ferrovia e no tema da saúde. Também o turismo e a precariedade na hotelaria são pontos a focar. Foi dada informação sobre a próxima visita da camarada Marisa, em princípio, acompanhada da Coordenadora Nacional, Catarina Martins.

Estando prevista uma ação no Alentejo sobre mobilidade, o camarada João Vasconcelos pôs a hipótese de, no Algarve, se fazer uma viagem de comboio até Tavira, para além da possibilidade de organização de um jantar. O funcionário, Nuno Viana, informou que já tinha sido divulgado por todos o mapa de campanha.



O camarada Luís Fernandes deu conta de um estudo da DECO, referente às desigualdades sociais no Algarve, onde só 22% está numa situação de conforto, mas

3% em situação de pobreza.

Foi acrescentado pelo camarada João Vasconcelos que a problemática da Ria Formosa poderia também ser incluída na campanha para as europeias. O camarada Luís Fernandes falou na possibilidade de se apanhar o barco até à ilha da Armona para termos conhecimento do problema que lá há com os esgotos. Questionou se uma ação desse tipo não teria maior visibilidade no mês de setembro.

O funcionário comprometeu-se a enviar um documento sobre os temas definidos para a Europa, os quais estão no sítio bloco.org.

No quarto ponto da OT, sobre o balanço, o camarada João Vasconcelos disse que já se tinha referido a muito do que foi feito e também ao que falta fazer. Sobre o balanço da atividade parlamentar, informou que tem tido o cuidado de ir enviando informação a todos, mas poderia fazer uma listagem e dar dela conhecimento a todas/os as/os camaradas. O camarada informou de algumas atividades parlamentares que tem entre mãos. Chamou a atenção do funcionário para a necessidade de celeridade no envio para a comunicação social das informações das iniciativas no Algarve, sob pena de perda de eficácia. Mais pediu ao funcionário que fizesse uma atualização da listagem dos endereços das rádios locais e dos jornais para envio de informações.

Em Tavira, os camaradas vão propor à Rádio Gilão a realização de um programa quinzenal, sobre o município, onde estará sempre presente alguém do Bloco. Foi defendida, pelo tesoureiro, camarada Joaquim Gomes, a autonomia financeira das concelhias, de acordo com o regulamento financeiro aprovado, o qual deveria ser cumprido por todos. Sugeriu que os membros das mesas indigitados pelo Bloco, contribuíssem com um donativo, por exemplo, de 10 euros, a retirar do montante de cerca de 50 euros que iriam auferir, mas a ideia não teve grande acolhimento. Sobre o trabalho do funcionário, o camarada Carlos Brito questionou sobre qual era o contrato de trabalho e se era em regime de part-time ou se era a tempo inteiro, e se o funcionário dava apoio às estruturas nacionais. Disse que na sua empresa tinha um mapa com todas as tarefas de cada trabalhador. Questionou se em Faro alguém sabia quais as tarefas atribuídas ao funcionário de 1/1 a 31/12. O camarada Carlos Brito recordou que, com organização, se pode dar resposta a muitas situações, por exemplo com recurso às videoconferências. Lamentou a falta de funcionamento de alguns núcleos, pelo que deveria ser criada uma comissão para os contactar.

Lamentou também a pouca importância dada à propaganda do Bloco por parte de algumas concelhias, como era o caso da de Faro, em particular no que respeitava aos mupis. Questionou ainda se já tinha havido resposta, por parte da Mesa Nacional, relativamente ao desagrado há tempos manifestado pela Coordenadora Distrital, quanto à pouca representatividade do Algarve na Mesa Nacional.

O funcionário, Nuno Viana, deu a conhecer um balanço da sua atividade, a qual disse ter incluído a preparação da sessão sobre os cuidadores informais; sessão sobre a habitação; a preparação da assembleia distrital; a visita da camarada Catarina Martins, com arruada; a Marcha do Clima; a greve feminista. O funcionário disse que, não

sendo exaustivo, houve 28 reuniões, sendo 23 com o deputado. Disse ter feito 29 notas de imprensa, tratou da página do BE, dirigiu convites, contactou empresas gráficas para impressão, recebeu mupis, proporcionou apoio logístico às tarefas das concelhias, agendou reuniões, tratou de transportes e apoiou o tesoureiro, para além do apoio dado à agenda do deputado. O camarada disse que um simples vídeo com intervenções do deputado ocupa muito tempo, e que uma qualquer iniciativa, como o encontro regional Autárquico, obriga a muitos contactos, a procurar um local, a tratar da parte gráfica, à preparação de um texto, envio de sms, telefonemas, etc. O camarada Carlos Brito lembrou que o trabalho a realizar pelo funcionário deveria ser o indicado pela Coordenadora Distrital.

O funcionário disse que não tinha competências para contactar os núcleos e são estes que o contactam quando precisam. Esclareceu que, formalmente, era funcionário do BE ao serviço da CCD.

Foi defendido pela camarada Celeste Santos, que a prioridade do funcionário deveria ser o acompanhamento do deputado, e que só existem condições para termos um funcionário no Algarve porque temos um deputado, sendo que o atual funcionário se tem mantido de secretariados anteriores.

O camarada Carlos Brito disse que todas as situações deveriam passar pela CCD – sugerindo a criação, nesta, de um grupo de três pessoas para saber o que se passava –, a qual deveria controlar a atividade do funcionário, para mais que este ano havia duas eleições, ao contrário do ano passado em que não houve nenhuma.

O funcionário disse que, depois, essas pessoas acabavam por ter de lhe perguntar. Foi dada grande importância à criação de uma agenda semanal de atividades do funcionário, a qual deveria sair da reunião do Secretariado.

O camarada João Vasconcelos disse que o Secretariado não se pode substituir à Distrital. Lamentou que as atas do Secretariado não estejam a ser enviadas para a Distrital, o que não acontecia no anterior mandato. Mais defendeu que as atas deveriam ser divulgadas no prazo de uma semana.

O camarada criticou algumas iniciativas do funcionário por conta própria, como a realização de contactos que não devia ter feito e a alteração de um texto que lhe tinha sido enviado. Foi sublinhado que, estando no seu direito de fazer parte de uma sensibilidade dentro do Bloco, o funcionário tinha o dever de isenção, não podia fazer resistência ao que era decidido pelos órgãos e deveria ter um papel agregador, para não acontecerem situações como as relativas ao tesoureiro de Lagos. Também no período dos incêndios, foi decidido cancelar os comícios de verão, mesmo assim, no jornal “O Barlavento” saiu o anúncio de um comício com Marisa Matias, anúncio a que não foi alheia a responsabilidade do funcionário. Este terá criticado a decisão de cancelar os comícios como uma prática centralista, queixando-se que, no fim, por se ter limitado a seguir ordens, acabou por “levar dos dois lados”.

A camarada Celeste Santos protestou contra uma resposta dada pelo funcionário sobre as necessidades da respetiva sede, ao insinuar que estariam a esbanjar dinheiro.

O camarada Artur Sanina disse que, profissionalmente, o seu trabalho é regulado por um contrato, e que o mesmo deveria acontecer com o funcionário do Bloco. Se isso não acontecia, ficar-se-ia a dever à pouca dinâmica da CCD e do Secretariado, acabando o funcionário por ter de fazer os contactos.



O funcionário disse que, normalmente, o auscultavam para ver se havia condições técnicas para determinado evento, mas que depois a decisão era política.

Foi acentuada a necessidade de o funcionário ser proativo, havendo quem defendesse que as tarefas deveriam incluir a manutenção da sede.

Para além de considerar que, no essencial, o Bloco tinha um bom funcionário, o camarada Luís Fernandes achou que ele deveria, mensalmente, apresentar um relatório da sua atividade.

Foi decidido que no endereço do Secretariado apenas constassem os respetivos membros. O camarada Igor Gago alertou para o facto de, passando o funcionário a não constar do endereço do Secretariado, poderia haver atrasos na chegada da informação àquele, em particular quando se exige celeridade no contacto com oradores para os nossos eventos. Foi respondido que se tratava apenas de um problema de coordenação.

O camarada João Vasconcelos informou não ter recebido resposta da Mesa Nacional ao desagrado manifestado pela CCD.

No quinto ponto da OT, o camarada Luís Fernandes chamou a atenção para a informação que sai no jornal do BE, para fugirmos à marcação de outras forças políticas, como foi o caso da visita de Jerónimo de Sousa a Portimão, coincidindo com a visita de Catarina Martins.

Foi questionada pelo tesoureiro, Joaquim Gomes, a sua posição hierárquica, dada a forma como lhe têm chegado as faturas. O funcionário disse que era ao Secretariado que deviam chegar as faturas, podendo criar-se uma nova conta de tesouraria, da responsabilidade direta do Secretariado.

Não havendo mais nada a tratar, deu-se por encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata.

O Presidente da Mesa,
Jorge Ramos

O Secretário,
Augusto Taveira